

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI), consolidando as informações contábeis dos órgãos e entidades das administrações direta e indireta que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e das Instruções de Procedimentos Contábeis sobre metodologias para elaboração das demonstrações contábeis, bem como com a Lei n.º 4.320/1964 e, também, com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação em relação ao valor atualizado das receitas. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 2.083.983.089,25, o Balanço Orçamentário demonstra uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita (R\$ 21.610.334.984,45) e a dotação atualizada (R\$ 23.694.318.073,70)

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

O superávit apresentado nas colunas de dotação inicial e dotação atualizada, no valor de R\$ 487.092,00, resulta da Reserva do RPPS, que é apresentada na linha abaixo do total das Despesas Orçamentárias, não compondo o subtotal das mesmas (item IX), conforme comando da IPC 07 – Instruções de Procedimentos Contábeis para Elaboração do Balanço Orçamentário.

Os seguintes itens referentes ao balanço orçamentário merecem destaque:

- a. As receitas arrecadadas são apresentadas líquidas de suas deduções. O total da receita bruta arrecadada foi de R\$ 25.101.167.488,38, enquanto as deduções legais para o FUNDEB somaram R\$ 2.222.722.832,86, resultando na receita líquida de R\$ 22.878.444.655,52. O valor de deduções afetou o valor das *receitas tributárias* e das *transferências correntes*, que obtiveram a seguinte composição:

Deduções de Receitas			R\$
Descrição da Receita	Receita bruta arrecadada	Dedução da receita arrecadada	Receita Líquida arrecadada
1.1.0.0.00.0.0 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.312.389.947,71	(1.670.640.459,19)	10.641.749.488,52
1.7.0.0.00.0.0 - Transferências Correntes	6.919.712.429,91	(552.082.373,67)	6.367.630.056,24
Totais	19.232.102.377,62	(2.222.722.832,86)	17.009.379.544,76

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

As demais receitas correntes (Contribuições, Patrimonial, Industrial, Serviços, Outras receitas Correntes e Intraorçamentárias) no total de R\$ 5.482.952.006,36, assim como as receitas de capital no total de R\$ 386.113.104,40, não sofreram deduções.

- b. As receitas e despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.197.210.889,86 e R\$ 1.857.845.600,89, respectivamente, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Receitas e Despesas Intraorçamentárias		
ANO	RECEITAS ARRECADADAS	DESPESAS EMPENHADAS
2019	887.369.081,85	881.035.122,92
2020	2.197.210.889,86	1.857.845.600,89

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- c. O superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 2,083 bilhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Desse total, R\$ 1,895 bilhão foi empenhado, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Despesas Empenhadas Com Fontes de Superávit 2020

ITEM	VALOR
Ordinários	116.962.137,07
Vinculados	1.778.990.319,27
Educação	181.911.627,01
Saúde	157.523.188,79
Previdência Social	1.172.130.644,49
Assistência Social	494.267,01
Operações de Crédito	220.915.448,97
Convênios	18.432.344,98
Outras Vinculações	27.582.798,02
TOTAL	1.895.952.456,34

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- d. A diferença de R\$ 76.599.783,88 entre as Despesas Liquidadas e Despesas Pagas representa as despesas a pagar do exercício 2020, inscritas como Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 69.230.855,35 mais consignações a pagar no valor de R\$ 7.368.928,53. Ressaltamos que tais valores compõem o Balanço Financeiro, sendo que as consignações do exercício encontram-se somadas aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.
- e. O saldo apresentado no Anexo I (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados) do Balanço Orçamentário no total de R\$ 187.594.942,98 representa o somatório dos restos a pagar não processados **a liquidar** de R\$ 179.286.744,11 mais o valor de restos a pagar não processados **liquidados e não pagos** de R\$ 8.308.198,87, que foi transferido para restos a pagar processados, por ocasião do encerramento do exercício.

2.3 - Balanço Financeiro

Previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, este anexo demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte.

Em 2020, foram realizadas algumas modificações na estrutura desse demonstrativo, visando torná-lo adequado à IPC – Instrução de Procedimentos Contábeis 06, que norteia a sua elaboração.

Os itens adequados foram:

- a.** A Receita Orçamentária passou a ser identificada pelo valor líquido, e não mais bruto, como vinha sendo evidenciado até o ano de 2019.
- b.** Inclusão de recursos vinculados e destinados à Assistência Social, no rol de Receita e Despesa Orçamentárias, respectivamente. Em 2019, tais recursos encontravam-se somados no título Outras Vinculações de Recursos.
- c.** Inclusão do título Outras Destinações de Recursos, que passou a aglutinar os Recursos Vinculados de Operações de Crédito, Recursos Vinculados de Convênios e Demais Vinculações de Recursos, no lado da receita orçamentária e Recursos Destinados a Operações de Crédito, Recursos Destinados a Convênios e Demais Destinações de Recursos no lado da despesa orçamentária.
- d.** Os títulos Demais Vinculações de Recursos e Demais Destinações de Recursos demonstram, na coluna Exercício Anterior, o saldos de 2019 de Outras Vinculações de Recursos.
- e.** Inclusão do título Outros Recebimentos Extraorçamentários, que soma os subtítulos Créditos a Receber; Adiantamentos Concedidos; Valores em Trânsito, Investimentos; Movimentações de Fundos e Operações Intergestora e Demais Recebimentos, assim como do título Outros Pagamentos Extraorçamentários, que contempla o somatório de Créditos a Receber, Adiantamentos Concedidos, Valores em Trânsito; Baixa de Investimentos; Movimentação de Fundos Próprios e Operações Intergestora e Demais Pagamentos.
- f.** Exclusão do item Resultado Financeiro, que representa a diferença entre o saldo do exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.
- g.** Com as modificações elencadas acima, houve a necessidade de adequação de saldos na coluna Exercício Anterior para receber o somatório de Outras Destinações de Recursos.

Quanto aos recebimentos e pagamentos extraorçamentários consolidados, é relevante destacar os seguintes itens:

- a. *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – o item apresenta a movimentação financeira referente a consignações, garantias, depósitos não judiciais, depósitos judiciais e outros valores vinculados a obrigação com terceiros. Os ingressos e dispêndios referentes a consignações do exercício somam, respectivamente, R\$ 3.378.757.421,27 e R\$ 3.371.388.492,74, resultando em um saldo a pagar de R\$ 7.368.928,53, o qual somado à Inscrição de Restos a Pagar Processados, de R\$ 69.230.855,35, representa o total de despesas a pagar executadas com orçamento de 2020, no total de R\$ 76.599.783,88.
- b. *Créditos a Receber* – estão representados neste grupo os valores de créditos decorrentes de alienação de bens da administração indireta em posse do Tesouro.
- c. *Adiantamentos Concedidos* – engloba os valores de salário família e salário maternidade adiantados a servidores, que perfizeram o montante aproximado de R\$ 3 milhões. Nesse item, constam ainda, valores registrados pela UG 13301 - Amazonprev como VPD Financeira a apropriar, sendo que aproximadamente R\$ 8 milhões foram registrados equivocadamente e estornados em seguida.
- d. *Investimentos* - apresentam-se a valorização e a desvalorização de títulos e fundos de investimento do RPPS.
- e. *Movimentações de Fundos Próprios e Operações Intergestora* - representa incorporações e desincorporações de saldos financeiros, respectivamente, decorrentes de ajustes efetuados no decorrer do exercício, sendo grande parte, ajustes de exercícios anteriores. Neste item há valores expressivos referentes a operações intra que foram excluídos da consolidação por representarem operações entre órgãos e entidades pertencentes ao orçamento estadual, especialmente pagamentos centralizados pelo Tesouro Estadual.
- f. *Demais Recebimentos e Demais Pagamentos* – encontram-se neste item consolidado, valores referentes à compensação entre o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário, assim como valores pagos a consórcio público.

Quanto aos saldos em espécie, importante destacar:

- a. *Caixa e Equivalente de Caixa* - No saldo para o exercício seguinte há valor muito significativo pertencente ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no total de R\$ 4.825.718.333,01, que pode ser identificado no item Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa e renda variável.
- b. *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – representam bloqueios judiciais em contas do Estado efetuados pela Justiça, assim como o Fundo de Reserva, correspondente a 30% dos depósitos judiciais ou administrativos referentes a processos em que o Estado é parte, estabelecido pela Lei Complementar nº 151, de 05.08.2015 e instituído pela Lei estadual nº 4.218, de 08.10.2015.
- c. *Resultado Financeiro* – O resultado financeiro de 2020 foi de R\$ R\$ 897.884.180,24, correspondente à diferença entre os saldos de 2020 e 2019 de Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

2.4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2020. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

Abaixo serão elencados os itens do balanço patrimonial para os quais julgamos haver necessidade de notas explicativas.

2.4.1 - Créditos Tributários a Receber:

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2020, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD dos valores lançados e não pagos, não inscritos em dívida ativa e sem exigibilidade suspensa. Foram reconhecidos como ativos os estoques de créditos a receber dos últimos 5 anos (2016 a 2020), conforme informações do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Os valores atualizados do estoque dos anos 2016 a 2019 foram lançados como longo prazo e os de 2020 no curto prazo.

Créditos Tributários a Receber - Impostos		R\$	
FONTE	2020 CURTO PRAZO	2016 A 2019 LONGO PRAZO	
ICMS	293.305.218,75	255.123.748,63	
IPVA	63.604.440,04	36.235.408,39	
ITCMD	5.375.348,88	5.392.700,02	
TOTAL	362.285.007,67	296.751.857,04	

Fonte: Memorando nº 020/2021 - GANS

Os demais créditos tributários a receber constituem-se de contribuições previdenciárias a receber no curto prazo, no valor de R\$ 4.200.079,68, que somado aos créditos tributários a receber de impostos no curto prazo totaliza R\$ 366.485.087,35.

Para a provisão de perda foi adotada a média de recebimento referente aos valores lançados nos três últimos exercícios anteriores a 2020, ou seja, de 2017 a 2019, arrecadados até o exercício de 2020, resultando num percentual de 88,85%, conforme demonstrado abaixo:

Média de Recebimentos – Impostos não Inscritos em Dívida Ativa			
ANO	LANÇAMENTO	ARRECADÇÃO (ATÉ 2020)	ARREC/LANÇ.
2017	9.237.337.411,54	8.320.056.910,51	90,07%
2018	10.201.362.497,42	9.219.985.186,14	90,38%
2019	11.832.772.362,29	10.189.501.334,80	86,11%
TOTAL	31.271.472.271,25	27.729.543.431,45	88,85%

Fonte: Memorando nº 020/2021 - GANS

Provisão para Perdas			R\$
PRAZO	ESTOQUE (A)	MÉDIA DE RECEBIMENTO (B)	PROVISÃO DE PERDAS A-(A*B)
CURTO PRAZO	362.285.007,67	88,85%	40.379.872,18
LONGO PRAZO	296.751.857,04	88,85%	33.075.622,24
TOTAL			73.455.494,41

Fonte: Memorando nº 020/2021 - GANS

2.4.2 - Dívida Ativa tributária e não tributária:

O Estado do Amazonas adota para a dívida ativa o procedimento de registro global periódico. O reconhecimento é avaliado na data de encerramento do balanço, através dos relatórios gerenciais do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Em conformidade com análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar o mais próximo à realidade, as inscrições no exercício de 2020 foram contabilizadas como curto prazo, enquanto o saldo remanescente de exercícios anteriores, já atualizado, foi registrado no longo prazo. Cabe ressalva para a dívida ativa não tributária no curto prazo, que restou menor que o valor de inscrição do ano, em razão do desreconhecimento de parte do valor.

Desde o exercício de 2019, o Estado, passou a classificar os créditos de dívida ativa conforme a maior ou menor possibilidade de recebimento dos mesmos, nos moldes da Portaria Nº 0027/2019-GSEFAZ/PGE, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda em 16/12/2019, a qual prevê as seguintes classes (*rating*):

A : Créditos com alta perspectiva de recuperação;

B: Créditos com média perspectiva de recuperação;

C: Créditos com baixa perspectiva de recuperação; e

D: Créditos com baixíssima perspectiva de recuperação ou considerados irrecuperáveis.

A referida Portaria determina em seu art. 10 que os créditos classificados nas classes “C” e “D” devem ser baixados do ativo, porém com escrituração em contas de controle, até a extinção ou reclassificação dos mesmos.

No exercício de 2020, o Relatório de Dívida Ativa, além das classes definidas na citada Portaria, classificou o valor de R\$ 12.636,05 na classe N, para a qual não há norma que a defina.

Dívida Ativa - Composição Por Rating

R\$

DÍVIDA ATIVA	RATING A	RATING B	RATING N	SUBTOTAL 1 (A, B e N)	RATING C	RATING D	SUBTOTAL 2 (C e D)	TOTAL SUBTOTAL (1 + 2)
TRIBUTÁRIA	3.674.498.181,37	225.104.429,56	12.636,05	3.899.615.246,98	994.261.012,55	2.506.844.029,29	3.501.105.041,84	7.400.720.288,82
NÃO TRIBUT.	14.695.270,87	-	-	14.695.270,87	437.619.127,49	89.631.669,30	527.250.796,79	541.946.067,66
TOTAL	3.689.193.452,24	225.104.429,56	12.636,05	3.914.310.517,85	1.431.880.140,04	2.596.475.698,59	4.028.355.838,63	7.942.666.356,48

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2020

Os créditos das classes “A”, “B” e “N” no total de R\$ 3.914.310.517,85 foram contabilizados conforme prazos de realização no ativo circulante e no ativo não circulante, com a seguinte composição:

Dívida Ativa por Prazo de Realização

R\$

PRAZO	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA
CURTO PRAZO	595.590.731,24	14.695.270,87
LONGO PRAZO	3.304.024.515,74	-
TOTAL	3.899.615.246,98	14.695.270,87

Fonte: Sistema AFI

Já os créditos de dívida ativa das classes “C” e “D”, no total de R\$ 4.028.355.838,63, foram contabilizados, conforme comando da Portaria citada acima, em contas de controle nos grupos 7998000000000 e 8998000000000 – Controle da Dívida Ativa – Baixa por desreconhecimento.

2.4.3 - Ajustes de Perdas de Dívida Ativa:

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia do histórico de recebimentos passados, levando em consideração principalmente as duas variáveis abaixo:

1. média percentual de recebimentos passados e
2. Saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios

Ressaltamos que a média de recebimentos para cálculo das provisões para perdas foi apurada considerando dois momentos: primeiramente, antes da classificação por rating e depois, considerando a classificação por rating, alterando a média percentual de recebimento apenas do exercício de 2020 e, conseqüentemente, a média geral considerando os três últimos exercícios, conforme acompanhamos a seguir:

ANTES DA CLASSIFICAÇÃO POR RATING				APÓS A CLASSIFICAÇÃO POR RATING			
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE	ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE
2018	6.447.626.727,53	24.708.412,53	0,38	2018	6.447.626.727,53	24.708.412,53	0,38
2019	7.055.640.388,98	49.536.467,62	0,70	2019	3.785.326.029,62	49.536.467,62	1,31
2020	7.400.720.288,82	58.211.794,79	0,79	2020	3.899.602.610,93	58.211.794,79	1,49
TOTAL	20.903.987.405,33	132.456.674,94	1,87	TOTAL	14.132.555.368,08	132.456.674,94	3,18
MÉDIA			0,62%	MÉDIA			1,06%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2020

Média de Recebimentos da Dívida Ativa Não Tributária

R\$

ANTES DA CLASSIFICAÇÃO POR RATING				APÓS A CLASSIFICAÇÃO POR RATING			
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE	ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADADAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE
2018	494.905.391,57	1.333.517,40	0,27	2018	494.905.391,57	1.333.517,40	0,27
2019	513.188.647,62	2.559.751,12	0,50	2019	12.469.309,04	2.559.751,12	20,53
2020	541.946.067,66	3.239.616,94	0,60	2020	14.695.270,87	3.239.616,94	22,05
TOTAL	1.550.040.106,85	7.132.885,46	1,37	TOTAL	522.069.971,48	7.132.885,46	42,84
MÉDIA			0,46%	MÉDIA			14,28%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2020

2.4.4 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Este item do balanço patrimonial, que até o exercício de 2019 vinha apresentado separadamente de Créditos a Curto Prazo, passou a fazer parte destes. Com isso, o saldo do exercício anterior de Créditos a Curto Prazo passou a somar o valor de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, também.

2.4.5 – Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

a. Composição dos bens móveis:

A composição do ativo imobilizado em bens móveis no exercício de 2020 restou alocada nos seguintes grupos:

Bens Móveis		R\$
GRUPOS DE BENS	VALOR	
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	734.346.033,96	
BENS DE INFORMÁTICA	379.402.088,55	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	303.899.913,45	
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	134687071,64	
VEÍCULOS	274.605.872,50	
ARMAMENTOS	20.629.519,02	
OUTROS BENS MÓVEIS	319.244.855,60	
TOTAL	2.166.815.354,72	

b. Depreciação

Os procedimentos para registro de depreciação no Poder Executivo tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/76, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

2.4.6 – Demais Obrigações a Curto Prazo:

Este item foi criado no exercício de 2020 para receber o somatório de Valores Restituíveis e Outras Obrigações a Curto Prazo.

2.4.7 - Provisões a Longo Prazo:

Representam as provisões matemáticas do RPPS contabilizadas pela Fundação Amazonprev, com base em avaliação atuarial realizada por empresa especializada. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de

Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros. A composição dos valores seguem representados abaixo:

Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	63.902.134,47	
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	862.424.152,71	
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	2.032.570.728,32	
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	2.686.155.249,50	
TOTAL	5.645.052.265,00	

2.4.8 – Patrimônio Líquido:

a. Ajuste de Avaliação Patrimonial:

A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1137/08, a NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público. O acréscimo de R\$ 1.394.319,63, no exercício de 2020, refere-se à atualização dos investimentos em segmentos de imóveis da UG 13.301 – AMAZONPREV.

b. Resultados Acumulados:

Houve acréscimo no saldo de Resultados acumulados em comparação com o ano anterior, influenciado pelo resultado patrimonial do exercício, que somou R\$ 3.500.382.442,72, em razão de as variações patrimoniais aumentativas terem sido superiores às diminutivas.

Os ajustes de exercícios anteriores contribuem para apuração de resultados acumulados, contudo o resultado do exercício não deve ser influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores.

c. Ajustes de exercícios anteriores:

O saldo de ajustes de exercícios anteriores, apurado pela diferença entre ajustes positivos e negativos, resultou em - R\$ 718.143.857,33 , influenciado especialmente pelas despesas de

exercícios anteriores aí contabilizadas. Destacamos, ainda, as incorporações e desincorporações de saldos para regularizações referentes a exercícios anteriores.

c. Demonstrativo do Patrimônio Líquido:

Demonstrativo do Patrimônio Líquido		R\$
ESPECIFICAÇÃO	2020	
1. Ajustes de Avaliação Patrimonial	14.776.424,57	
2. Resultados Acumulados	8.083.074.861,25	
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	5.300.836.275,86	
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	- 718.143.857,33	
+ Resultado do Exercício	3.500.382.442,72	
3. Total Patrimônio Líquido (1+2)	5.314.218.380,80	

2.4.9 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro:

Corresponde à diferença entre o ativo financeiro no valor de R\$ 9.218.858.389,13 e o passivo financeiro de R\$ 1.884.330.520,98, resultando no total de R\$ 7.334.527.868,15, que está demonstrado conforme destinação de recursos no *quadro do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial*.

2.4.10 – Quadro “Compensações”

Do lado dos Atos potenciais ativos, o item mais significativo representa os Direitos Conveniados e Outros Instrumentos com R\$ 816.433.112,29, referente a convênios a receber. Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 6.205.366.700,96, abrangendo contratos de fornecimento, serviços e obras.

2.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações, a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais, pode não haver equivalência.

2.5.1 – VPA - Impostos:

Esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados no exercício de 2020, assim como ajustes referentes a atualização de créditos a receber de ICMS, IPVA e ITCMD, lançados mas que não foram pagos e nem inscritos em dívida ativa nos últimos cinco anos, em observância ao princípio da competência.

2.5.2 – VPA – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Do total de R\$ 630.455.233,16, os valores mais significativos neste grupo referem-se a:

- a. R\$ 302.885.972,65 - cancelamento de saldos residuais de contratos da dívida fundada, conforme pode ser observado na coluna cancelamento, do anexo 16, devido à utilização integral de cauções constituídas em garantia.
- b. R\$ 151.188.747,31 - variação ativa decorrente de receitas orçamentárias que não possuem equivalência em contas contábeis específicas de VPA, conforme demonstrado no quadro a seguir:

VPA - Demais Receitas			R\$
UG	CÓD. RECEITA	DESCRIÇÃO DA RECEITA	VALOR
4703	4260	Feitos sem Levantamento / Processos Paralizados por Abandono ou Negligência	2.051.953,76
4703	4261	Repasse da Remuneração do Saldo Médio das Contas Judiciais	7.930.477,80
13301	7555	Títulos FCVS - FPREV	1.595.931,92
14102	6236	Saldo Resíduo Contrato Imobiliário	31.462,49
14102	6981	Receita de Depósitos Judiciais - LC 151/2015 - Lei Estadual 4218/2015 - FR 0110	104.990.280,01
14102	6998	Receita corrente a classificar	196.084,51
14102	7569	Restituições Diversas - Capital	29.060.966,63
22201	6982	Termos de Cooperação	1.081.499,91
24101	6999	Demais Receitas	365.848,96
30101	6988	Progestão - Agência Nacional das Águas	807.222,40
30101	6993	Colaboração Financeira Reembolsável	3.067.018,92
31701	6982	Termos de Cooperação	10.000,00
Total			151.188.747,31

Outros valores deste item referem-se a variações ativas decorrentes de receitas orçamentárias relacionadas a recuperação de despesas de exercícios anteriores e incorporação de saldos.

2.5.3 – VPD - Constituição de Provisões:

O item constituição de provisões é formado em quase sua totalidade por atualização das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, obtida através de avaliação atuarial realizada por empresa especializada, somando um total de R\$ 3.511.621.110,39. O restante é composto por outras provisões, como férias, 13º salário e taxa de administração a ser paga para a Amazonprev.

2.5.4 – VPD - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas:

Esse item contempla, em grande parte, variações decorrentes de despesas com processos indenizatórios, no total de R\$ 626.022.166,34. Merece destaque, também, aquelas decorrentes de sentenças judiciais, que somaram R\$ 173.573.836,69, desincorporação de saldos na UG 13301-Amazonprev, referentes a resgates de títulos e valores mobiliários do longo prazo, assim como reclassificação dos mesmos para o curto prazo, no montante de R\$ 50.309.787,77 e Auxílio a Pessoas Físicas no montante de R\$ 22.828.137,15.

2.6 – Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Em relação ao demonstrativo em análise, apresentamos as seguintes notas explicativas:

2.6.1 Receitas Derivadas e Originárias

O detalhamento das receitas derivadas e originárias apresentado à parte do quadro principal até o exercício de 2019, passou a integrar o rol de ingressos dos fluxos de caixa das atividades

operacionais. Com isso, os saldos de exercício anterior das referidas receitas, na DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2020, estão representados de acordo com o quadro, e correspondem ao total de Receitas Derivadas e Originárias apresentado no demonstrativo no exercício de 2019.

Quadro de Receitas Derivadas e Originárias – 2019	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.873.929.751,31
Receita de Contribuições	2.975.530.943,37
Receita Patrimonial	43.846.807,28
Receita Industrial	12.878.951,27
Receita de Serviços	174.402.399,99
Remuneração das Disponibilidades	126.131.730,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias	635.396.563,02
Total das Receitas Derivadas Originárias	13.842.117.146,73

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - 2019	
Receitas Derivadas e Originárias	13.842.117.146,73

* Passou a constar de forma detalhada no exercício de 2020.

2.6.2 Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

Os valores apresentados nestes itens, em sua maior parte, referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e depósitos de terceiros de diversas origens.

2.6.3 Outros Ingressos e Desembolsos de Investimentos

O total de outros ingressos de investimentos na DFC é de R\$ 30.656.898,55, que corresponde a outras receitas de capital. Quanto aos outros desembolsos de investimentos, os quais somam R\$ 154.624.605,55, correspondem a desembolsos com despesas capital relacionadas à modalidade 90 – aplicações diretas (4490XX) exceto as naturezas 449051, 449052 e 449061, já contempladas nos desembolsos para aquisição de ativo não circulante.

2.6.4 Transferência a Consórcios

Apesar de o IPC 08 prever a natureza de despesa 3.1.71.XX.XX – transferência a consórcio para pessoal, tanto para Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas quanto para Transferências Concedidas, no Quadro Principal da DFC apresentada, o valor de R\$ 208.288,50, que representa o

pagamento de despesa com tal natureza, está compondo apenas o item Pessoal e Outras Despesas Correntes, de modo a não gerar duplicidade.

Entretanto, na demonstração dos quadros anexos, que compõem a DFC, o referido valor, referente à transferência a consórcio para pessoal, está compondo tanto o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas como o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.

3 – CONSOLIDAÇÃO

A consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações identificáveis entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. A consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

O processo de consolidação é sempre complexo, sendo considerado por muitos como uma ciência imperfeita, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Além disso, as ferramentas de coleta de dados e o nível de padronização das contas públicas atuais ainda não permitem a eliminação de todos os saldos e transações intra sem provocar significativas distorções nas demonstrações.

Ademais, o próprio manual de contabilidade aplicada ao setor público, Parte V – demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, reconhece que “para garantir uma correta consolidação, é importante saber que o objetivo não é a consolidação perfeita, mas sim eliminar de forma consistente as transações e posições que tenham um efeito significativo nos saldos finais”.



Jefferson de Oliveira Carlos
Gerente da Gerencia de Contabilidade
Contador CRC-AM Nº 09384



Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC Nº 07984/AM





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

Certidão n.º: AM/2021/00001165
Nome: MARIA DA CONCEICAO GUERREIRO DA SILVA CPF: 114.807.422-87
CRC/UF n.º AM-007984/O Categoria: CONTADOR
Validade: 22.06.2021
Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página
<https://www3.cfc.org.br/spwAM/ConsultaCadastral/Principal.aspx>, mediante número de controle a seguir:

CPF : 114.807.422-87 Controle : 5870.8066.9321.1891



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

Certidão n.º: AM/2021/00001185
Nome: JEFFERSON DE OLIVEIRA CARLOS CPF: 474.498.022-87
CRC/UF n.º AM-009384/O Categoria: CONTADOR
Validade: 23.06.2021
Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página
<https://www3.cfc.org.br/spwAM/ConsultaCadastral/Principal.aspx>, mediante número de controle a seguir:

CPF : 474.498.022-87 Controle : 4579.6462.7717.9286



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO **AMAZONAS** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARIA DO SOCORRO DA SILVA LIMA
REGISTRO.....	: AM-004932/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 053.115.272-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAM contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAZONAS, 09/02/2021 as 04:48:37.

Válido até: 10/05/2021.

Código de Controle: 5567.4501.7511.6736.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAM.



Secretaria de Estado
da Fazenda - SEFAZ



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO